

A. I. N° - 206926.0057/02-7
AUTUADO - ROSIMEIRE D ANDRÉ DE ITAMARAJU
AUTUANTE - DELSON ANTONIO BAROSA AGUIAR
ORIGEM - INFAZ ITAMARAJU
INTERNET - 02/12/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0408-03/02

EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DME. DECLARAÇÃO INCORRETA. MULTA. Infração comprovada. **2.** SIMBAHIA. IMPOSTO LANÇADO E NÃO RECOLHIDO. Comprovado que parte do pagamento foi efetuado quando o contribuinte estava sob ação fiscal. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração de 28/06/2002, exige ICMS no valor de R\$ 900,00 e multa de R\$ 120,00, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Declarou incorretamente dados nas informações econômico-fiscais, apresentadas através da DME (Declaração do Movimento Econômico de Micro Empresa), multa de R\$ 120,00.
2. Deixou de recolher o ICMS no prazo regulamentar, na condição de Microempresa enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA), no valor de R\$ 900,00.

O autuado, tempestivamente, ingressa com defesa, fl. 18, e requer a exclusão da cobrança do ICMS nos meses de setembro e outubro de 2001, no valor de R\$ 100,00 cada, conforme Conta de energia da Coelba, pois foram cobrados no Auto de nº 206926.0057/02-7, lavrado em 05 de julho de 2002.

O autuante presta informação fiscal, fls. 24 a 25, e acata os recolhimentos dos meses de setembro e outubro de 2001, pois foram confirmados através do Extrato –faturas enviadas pela Coelba, em anexo. Contudo entende que deve ser mantida a imposição da multa, tendo em vista que os recolhimentos foram efetuados nos dias 04/07/2002 e 05/07/2002, após o início da ação fiscal, conforme “Termo de Intimação para Apresentação de Livros e Documentos Fiscais”, recebido pelo contribuinte em 21/05/2002 (fl. 07). Pede que o Auto de Infração seja julgado procedente, pois os meses de novembro de 2001 a maio de 2002 foram reconhecidos pelo impugnante.

VOTO

O primeiro item do Auto de Infração trata da imposição de multa de R\$ 120,00 em virtude da declaração incorreta de dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através da DME (Declaração do Movimento Econômico de Micro Empresa), fato não contestado pelo contribuinte, sendo portanto devida a multa aplicada.

No item 2 é exigido do contribuinte o ICMS dos meses de setembro de 2001 a maio de 2002, que não foram recolhidos no prazo regulamentar.

O autuado em sua peça de defesa pede a exclusão da cobrança do ICMS relativa aos meses de setembro e outubro de 2001, no valor de R\$ 100,00 cada, totalizando R\$ 200,00, e comprova estes pagamentos através de cópia da Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica, da Coelba, de fls. 22 e 23 do PAF. Observo que estes pagamentos foram realizados em 04/07/2002 e em 05/07/2002, quando o autuado se encontrava sob ação fiscal desde 21/05/2002, conforme o Termo de Intimação para Apresentação de Livros e Documentos Fiscais, de fl. 07, o que não elide o cometimento da infração. Deste modo, entendo que é procedente o Auto de Infração neste item, devendo os valores relativos aos meses de setembro e outubro de 2001, que foram pagos através da conta de energia da Coelba, serem homologados.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração **nº 206926.0057/02-7** lavrado contra **ROSIMEIRE D ANDRÉ DE ITAMARAJU**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$900,00**, acrescido da multa de 50% prevista no art. 42, I “b”, item 3, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais, além da multa no valor de **R\$ 120,00**, prevista no art. 42, XVIII, alínea “c”, da mesma lei, alterada pela Lei nº 7.753/00, homologando-se os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de novembro de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR